

PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE COTAS COMO FORMA DE DEMOCRATIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CAMPINA GRANDE – PB

QUOTA POLICY PERSPECTIVES AS A FORM OF DEMOCRATIZATION FOR HIGHER EDUCATION IN CAMPINA GRANDE – PB

Juliana Nobrega de Almeida¹

RESUMO: Esta pesquisa tem intenção de contribuir com o debate sobre as ações afirmativas por meio da efetivação da política de cotas, em Campina Grande - PB, cidade do interior do Nordeste brasileiro. A política de cotas busca oportunizar a inserção à educação superior para os discentes com menor poder aquisitivo, contribuindo de maneira significativa na promoção da educação e da cidadania, democratizando o acesso e a permanência à universidade pública. A pesquisa adota uma abordagem teórico-metodológica de natureza qualitativa. Nesta direção, são pertinentes alguns questionamentos, como: em relação a educação superior, o sistema de cotas se apresenta como o mais adequado para efetivar políticas educacionais e ações afirmativas? O que representam as políticas de cotas para os estudantes oriundos da escola pública? A política de cotas proporciona mudanças no perfil dos discentes, passando a construir novos espaços de vivências, educação e cidadania, democratizando o ensino superior.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Ações afirmativas, Políticas educacionais, Sistema de cotas

ABSTRACT: This study aims to contribute to the affirmative action's debate through the quota policy implementation in Campina Grande - PB, a city located in the Brazilian Northeast. The quota policy seeks to make easier for students with lower purchasing power to enter higher education, contributing significantly to the education promotion and citizenship, thus, democratizing access to the public

¹ Doutoranda em Geografia pela UFPE, Mestre em Geografia, Especialista em Análise e Gestão Ambiental e Graduada em Geografia. É membro do Grupo de Pesquisa Educação Geográfica, Cultura Escolar e Inovação – GPECI e do Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente – LEGEP da UFPE. Professora da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Campina Grande – Paraíba - Brasil. julianageografia@hotmail.com

university. To understand the objectives and consequent results, the research adopts a theoretical-methodological approach of a qualitative. In this direction, some questions are pertinent, such as: in relation to higher education, is the quota system the most appropriate for educational policies and affirmative action? What do quota policies represent for public school students? The quota policy provides changes in the students' profile, starting to construct and reconstruct new experiences spaces, education and citizenship, democratizing higher education in the country.

KEYWORDS: Education, Affirmative actions, Educational policies, Quota system

Introdução

Refletir sobre as ações afirmativas junto aos contextos das políticas educacionais requer um esforço no sentido de conhecer como elas estão sendo efetivadas e quais as relações constituídas junto à educação superior brasileira, a partir da inserção dos alunos da rede pública de ensino, as universidades.

Nesse sentido, buscamos compreender os impactos das políticas de cotas e suas perspectivas na vida dos sujeitos que passaram a ter acesso à educação superior por meio dessa ação afirmativa. Assim vale ressaltar, que as políticas educacionais possuem um caráter social e dinâmico, pois existem uma diversidade de sujeitos que são destituídos dos direitos educacionais, inclusive para terem acesso e permanência à **educação superior, principalmente**, para os alunos de baixa renda, representantes das minorias sociais.

Dentro desse contexto, o sistema de cotas é apresentado como uma forma de ingresso dos discentes a educação superior, “isso é antes tudo, um desdobramento do reconhecimento por parte do Estado das medidas de ações afirmativas. Tais políticas, adotadas pelas universidades como procedimentos de admissão em seus cursos”. (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Contudo, os alunos que se enquadram como cotistas, especialmente aqueles vindos da rede pública de ensino, precisam vencer diversas barreiras para ter acesso e permanência à universidade, tendo em vista que, a sua preparação e formação escolar, muitas vezes são marcadas por diversas dificuldades, dentre elas: infraestrutura básica precária das escolas, escassez de recursos didáticos, desmotivação no processo de ensino e aprendizagem entre alunos e docentes, dentre outros problemas.

Logo, toda essa problemática afeta negativamente a preparação desses alunos junto a realização do exame que seleciona quem será inserido

no mundo acadêmico, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (esse processo avalia os aptos a cursarem uma graduação nas instituições públicas de educação superior no Brasil).

Não podemos esquecer que o outro entrave para estes alunos terem acesso ao ensino superior, perpassa pelo cenário das grandes desigualdades socioeconômicas, tendo em vista que, uma parcela de estudantes enfrenta problemas sociais, culturais, econômicos e espaciais (espaço de vivência dos alunos). Esses sujeitos têm conhecimento de que os alunos oriundos da rede privada de ensino possuem maiores possibilidades de sucesso na realização do processo de seleção do ENEM, já que a sua estrutura escolar proporciona maiores subsídios formativos em relação à profundidade dos conteúdos junto as disciplinas escolares, tornando-os mais competitivo.

Entretanto é pertinente destacar que, mesmo com esse universo de desigualdades educacionais e sociais, uma parcela representativa de alunos da rede pública de ensino está tendo acesso à universidade, sobretudo, devido a efetivação das políticas de reservas de vagas. Com base nessas reflexões, investigamos a democratização do acesso à educação superior para os alunos da rede pública de ensino, por meio da efetivação do sistema de cotas, como ação afirmativa em Campina Grande-PB. Está é uma cidade que recebe o título de universitária, porém nem todos os seus moradores podem desfrutar desse título, especialmente, para os que vivem na periferia e estudam na escola pública.

Devido à complexidade do objeto, a pesquisa seguiu uma abordagem do tipo qualitativa, incorporando em seu fazer, o sujeito e sua subjetividade, valorizando a construção peculiar das práticas cotidianas. Esta permeia pelo campo da modalidade explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos foram utilizados uma combinação e inter-relação de técnicas bibliográficas, documentais e campo, a partir de um estudo de caso. Durante a fase de campo foram realizadas coletas diretas, a partir da aplicação de questionário semiestruturado, tendo como sujeitos um grupo representativo da Universidade Estadual da Paraíba, levando em consideração os aspectos sociais e econômicos dos alunos oriundos das escolas públicas de Campina Grande-PB.

Utilizamos para apreciação do questionário, a análise de conteúdo de Bardin (2011, p.50) o qual destaca ser esta análise “a procura em conhecer aquilo que está por trás das palavras. A análise do conteúdo é a busca de outras realidades por meio de mensagens”.

Metodologicamente as abordagens da pesquisa servem para ensejar a aproximação e a focalização do fenômeno que se pretende estudar, identifi-

cando os métodos e tipos de pesquisa adequados ao objeto de estudo, sistematizando a revisão bibliográfica, a coleta, a análise dos dados e a discussão dos resultados (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A pesquisa de campo apresentou-se como um prisma refletindo as conquistas do acesso dos estudantes do ensino público junto a universidade, porém esse processo não ocorre de maneira simples, tendo em vistas as múltiplas dificuldades de permanência² vivida pelos estudantes, apresentando subjetividades e um conjunto de problemáticas.

Em relação ao modelo metodológico, especialmente a técnica utilizada na pesquisa, tivemos como universo, os estudantes de Graduação oriundos da Escola Pública ingressantes na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Seguimos uma amostra do tipo não - probabilística intencional, onde os seus elementos são selecionados de acordo com a intenção do pesquisador, assim o questionário foi aplicado com estudantes matriculados em diversos cursos da universidade. Para determinação da amostra com o universo desconhecido foi utilizada a fórmula encontrada em Samara & Barros (2002, p.75) que resultou uma amostra de 196 estudantes.

Dessa maneira, ao abordarmos os alunos, buscamos conhecer se eles eram oriundos da rede pública de ensino. Se a resposta fosse sim, apresentávamos a pesquisa e pedíamos a sua colaboração, convidando-os a respondê-la. Todos os alunos convidados aceitaram participar da pesquisa. Não houve rejeição de nenhum aluno.

Um fato importante que precisamos mencionar é que de cada 30 alunos que abordamos, aproximadamente 20 deles eram egressos da escola pública, isso de certa forma nos animou, tendo em vista que, temos de maneira concreta uma representatividade relevante de alunos oriundos da escola pública estudando na UEPB em Campina Grande.

Desafios da efetivação das ações afirmativas no Brasil

A década de 1990 é o momento pelo qual a educação brasileira viveu significativas transformações. Estas ações provocaram algumas mudanças no contexto dos processos educativos, principalmente, com a criação da Lei

² A não permanência dos estudantes da UEPB são provocadas por vários fatores, dentre eles: dificuldades financeiras, assistência estudantil insuficiente, problema de aprendizagem, déficit de aprendizagem, problemas do Ensino Médio, do Ensino Fundamental, problemas psicológicos, reprovação, falta de acolhimento na universidade por professores, funcionários e alunos, problemas metodológicos, dentre outros.

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1998). Já no âmbito acadêmico, surgem discussões que buscavam a urgência da implantação de ações afirmativas para o acesso e permanência da população menos abastadas as universidades.

Assim, nesse período o debate sobre as ações afirmativas ganha fôlego, concretizando dessa forma, as reflexões sobre a importância dessa discussão junto a educação superior brasileira e as suas políticas educacionais. Primordialmente, as políticas educacionais situam-se no âmbito das políticas públicas e possuem um papel singular, junto aos processos de transformações sociais, principalmente, em relação à educação superior.

Segundo Bezerra e Gurgel (2012, p.96) “a educação superior no Brasil se conformava, até os anos 1990, com a condição de ser um patrimônio reservado aos estudantes provenientes das camadas mais altas da população”. Por isso Vieira (2009) destaca que, nesse período surgem os primeiros trabalhos produzidos, ainda muito incipientes diante do ineditismo do tema que se dispõem a estudar as ações afirmativas, juntamente, com a escassez de material empírico a ser analisado, que giravam em torno de algumas questões recorrentes acerca das possibilidades de adoção dessas medidas de educativas, em um país com profundos contrastes sociais e educacionais.

Nesse cenário, o século XXI, inicia a sua temporalidade com diversos desafios educacionais, dentre eles: superar as desigualdades de acesso à educação superior, problema este que afeta de maneira profunda a população de menor poder aquisitivo no Brasil. Essa população por muito tempo possuía uma visão suplantada na dinâmica que colocava a universidade pública sob topo de uma hierarquia, ou seja, vendo-a como um espaço de prestígio e de poder, haja vista que, a sua apropriação era alvo de desejo de muitos brasileiros, porém conquistado por poucos pertencentes as classes subalternas. Este fato era perceptível junto a população mais pobre, tendo em vista que, muitos de seus membros viam como algo distante e até impossível o seu acesso ao meio acadêmico.

Um dos desafios postos para a universidade e a sociedade em geral é pensarmos sobre os papéis da educação superior brasileira e seus processos de inclusão, já que muitos brasileiros pertencentes às classes menos abastadas estiveram excluídos de usufruírem desse espaço educacional. Nesse sentido, as ações afirmativas buscam igualdade de oportunidades, incluindo mais e excluindo menos.

Partindo desse pressuposto, para reduzir as desigualdades das populações menos abastadas no tocante ao acesso à educação superior, três

universidades brasileiras se destacam, sendo as primeiras nesse momento histórico, a proporcionarem a inserção desses sujeitos a universidade, como traz Lima *et al* (2014).

Em 2001 foram dados os primeiros passos para a implementação de reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior pelas Universidades Estaduais da Bahia, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. A primeira universidade federal a adotar cotas para negros e índios foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Em 2007, um levantamento feito pelo Laboratório de Políticas Públicas (LLP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) indicou que 51 instituições de ensino já haviam adotado políticas de ação afirmativa, entre universidades estaduais e federais, faculdades, centros universitários e institutos federais superiores (IFS) (LPP/UERJ, 2009). (LIMA, 2014, p.08).

Na construção das políticas educacionais junto às ações afirmativas é importante ressaltar que os principais avanços do sistema de cotas ocorreram no ano de 2012, a partir da criação da Lei 12.711, de 29 de agosto, na qual a política de cotas assume um papel mais abrangente, juntamente, com o Decreto 7.284 e a portaria normativa, que visa garantir 50% das matrículas por curso para os alunos oriundos integralmente do ensino médio público. (BRASIL, 2012).

Santos (2013, p.06) destaca que,

A Lei 12.711 estabelecendo cotas de no mínimo 50% das vagas das instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas, 50% deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. O segundo artigo da Lei indica o preenchimento das vagas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção igual à sua distribuição nas unidades da Federação onde estão localizadas as instituições federais do ensino superior, e de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, a política de cotas objetiva oportunizar a inserção educacional dos grupos marginalizados, seja pela condição social ou racial dando-lhes chances de terem acesso à universidade. Decerto, as ações afirmativas junto a esses sujeitos proporcionam conquistas ao direito educacional “negado”, haja vista que, suas origens estão enraizadas na desigualdade sociopolítica,

o que tem alimentado um dos maiores problemas da sociedade brasileira: a desigualdade social e econômica, o que mutila o direito educacional das classes subalternas e exploradas pelo capital.

Nessa linha de pensamento, Mézáros (2012) reflete que:

No reino do capital a educação ela mesma é uma mercadoria. Daí a crise no sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes dos orçamentos público. Instaurando o universo neoliberal em que “tudo se vende, tudo se compra”, tudo tem preço, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais a sua lógica de consumo e de lucro (MÉSZÁROS, 2012, p.11).

Dessa maneira, é provocado um grave problema: a negação de uma educação, sobretudo a superior, para os brasileiros das classes de menor poder aquisitivo. Isso provoca uma situação de contrastes sem precedentes, pois a educação em muitos casos é tratada como mercadoria e representa um instrumento de poder.

Essa disputa ocasiona que muitas das vagas nas universidades passam a ser transformadas em um quinhão mercantil. Isso destituiu a real função social da universidade e contribui para a transformação das instituições de ensino superior em meros objetos de desejo e status. (CATÃO et al, 2013).

Desse modo, as políticas educacionais, consideram como um dos seus principais foco de expressão, a redução dos contrastes educacionais e a não reprodução de desigualdades socioeducacionais, por meio das ações afirmativas, tendo como intenção proporcionar educação e qualificação, levando esses sujeitos a lutarem por justiça e cidadania, elementos esses que lhes ajudarão a alcançar o direito de conquistarem o ensino superior, além de os inserirem no mundo do trabalho com uma maior qualificação, por consequentemente adquirirem um saber que lhes foi negado por muito tempo, devido a sua condição econômica, bem como, a falta de igualdade de oportunidade.

Para Santos (2013) a inclusão por meio das cotas nas universidades é um passo importante na luta por uma sociedade menos desigual. Mas, além disso, uma universidade menos elitizada, com uma composição de seu corpo docente, técnico administrativo e de estudantes semelhante à composição da nação, resulta também em uma universidade de maior qualidade. Isto porque a quase ausência de segmentos sociais da academia pode resultar na sua ausên-

cia também como objeto da produção do conhecimento. Portanto, o desafio da construção de uma sociedade e de uma universidade menos desiguais se soma, como tarefa não apenas dos que precisam ser incluídos, mas de todos que almejam uma universidade de qualidade e uma sociedade mais justa.

Bezerra (2012) traz um ponto que merece destaque, referindo-se à temporariedade da política de cotas, pois, ao incrementar-se o investimento no ensino de base, como forma de garantir a igualdade de condições dos alunos provenientes de escolas da rede pública, tal política tornar-se-á desnecessária. É sempre bom lembrar que a política de cotas é uma política que se pretende conjuntural, portanto a ser substituída por políticas públicas estruturais ou pelo efeito positivo e corretivo de políticas públicas estruturais.

Por isso, a efetivação do sistema de cotas no Brasil, por meio das ações afirmativa, ocorre devido a diversos motivos, dentre eles, as fragilidades da educação escolar pública. Contudo, os primeiros passos foram dados, e sem dúvida essa ação afirmativa aponta para uma nova construção do fazer e viver a educação superior no país.

Impactos das políticas de cotas para os alunos da educação pública

Em relação aos impactos das políticas de cotas para os alunos da educação pública, Palácio (2012) afirma que, a maioria dos discentes que conseguem ter acesso à universidade pública, conquistaram esse espaço sob as atuais condições de fragilidade da Educação Básica. Por isso, enquanto o Ensino Básico público não tiver aparelhagem suficiente para qualificar o seu egresso, políticas públicas de acesso e permanência se farão necessárias.

Diante desse cenário, precisamos acompanhar o desenvolvimento das ações afirmativas e aprofundar a reflexão sobre esse campo de análise, no sentido de pensarmos seus limites e potencialidades na configuração do acesso dos estudantes egressos do ensino público junto aos IES.

Na perspectiva de Caôn e Frizzo (2010) é necessário que a comunidade acadêmica reflita sobre isso, tendo em vista que o ensino superior tem sofrido grandes modificações, especialmente nas últimas décadas, provocadas pelas propostas mudanças nas políticas públicas educacionais, juntamente com a criação de programas específicos que contribuem para o acesso de estudante de baixa renda ao ensino superior.

A política de cotas promove impactos junto a educação superior, democratizando o seu acesso para os alunos oriundos da educação pública. Isso

proporciona mudanças no perfil dos discentes das universidades brasileiras e em Campina Grande-PB não é diferente. Essa ação acarreta a construção de novos espaços de vivências, educação e cidadania dentro das universidades e nos múltiplos espaços sociais desses alunos.

Nessa linha de pensamento, observamos que autores, como Catani et al. (2006) e Neves et al. (2013), discutem que as modificações nas políticas educacionais são realizadas com o intuito de democratizar a inserção dos estudantes de baixa renda na educação superior, porém só a política educacional não deve se restringir apenas à ampliação do acesso dos estudantes, tendo em vista que essa ação não será suficiente para proporcionar uma verdadeira democratização. Por isso, é preciso pensarmos em mecanismos que estimulem a permanência dos alunos e reduzam a evasão estudantil.

Ter acesso à educação superior representa a conquista da cidadania e um futuro menos excludente para esses alunos, trazendo mudanças positivas no cenário social, econômico e educacional. Por isso, o ingresso de estudantes junto as universidades em Campina Grande-PB, por meio do sistema de cotas, proporciona uma visibilidade socioeducacional a esses sujeitos.

Nesse sentido, para responder alguns questionamentos sobre a política de cotas e seus impactos na vida dos estudantes originários das escolas públicas de Campina Grande-PB, levantamos algumas indagações. Questionamos se essa política é uma das formas de amenizar a real distância dos moradores das camadas populares das escolas públicas a terem acesso aos espaços educacionais. Segundo os discentes:

O sistema de cotas contribui para que os alunos possam ingressar na faculdade, no entanto se a educação pública tivesse a mesma qualidade do ensino privado não seria necessário ter cotas, pois haveria conhecimento igualitário independente de raça ou condições financeiras. (Aluno do curso de Administração, UEPB).

Sim! Sob a atual situação educacional das escolas públicas, as cotas foram uma das principais conquistas do século junto a educação. Foi o momento em que ficou notório que igualdade não significa justiça. (Aluno do curso de Ciências da Computação, UEPB).

Sim, as desigualdades de ensino são alarmantes, é notório que os estudantes do ensino público não têm uma preparação escolar para competir com estudantes do ensino particular, que são diariamente treinados para terem acesso à universidade, enquanto os alunos de escola pública devem se desdobrar para

estudarem e dar conta de problemas financeiros. (Aluno do curso de Farmácia, UEPB).

Em relação a essa questão, podemos entender que os sujeitos da pesquisa concordam que o sistema de cotas é uma das formas de amenizar a real distância dos alunos das escolas públicas a terem acesso à universidade, porém é importante ressaltar, que não é apenas o acesso que deve ser proporcionado ao aluno cotista, mas a sua permanência na universidade, pois muitos alunos beneficiados com políticas educacionais necessitam trabalhar para poder custear as despesas com seus estudos, o que de certa forma reduz as suas oportunidades de ingressar em grupos de estudos, projetos de extensão, projetos de iniciação científica e outras atividades acadêmicas.

Os discentes destacaram também que a política de cotas existem devido às fragilidades do ensino da escola pública, sendo extremamente importante melhorar a qualidade da educação pública escolar, proporcionando assim, para os alunos uma melhor formação básica escolar. Dessa maneira, as cotas representam, nas perspectivas dos sujeitos, uma conquista para os alunos de menor poder aquisitivo, caracterizada por ser uma luta pela igualdade do direito de se educar.

Catão *et al* (2013) enfatiza que ações afirmativas e política de cotas favoreceram:

O pluralismo acadêmico, muito embora a construção de uma sociedade plural seja prevista no próprio preâmbulo da Constituição que, apesar de não ter função normativa, apresenta inegável função hermenêutica –as universidades ainda são sonho distante para diversos setores da sociedade, historicamente excluídas da academia (CATÃO *et al*, 2013, p.09)

Perguntamos aos discentes que aspectos dificultam o acesso dos jovens da periferia vindos das escolas públicas de Campina Grande a ingressar a universidade.

O contexto socioeconômico é difícil e desigual para os jovens das áreas periféricas, além de estarmos infelizmente lado a lado com a criminalidade, nossas escolas são as mais sucateadas, pois a educação é de baixa qualidade devido à problemática da violência, pois muitos professores não querem trabalhar em lugares perigosos. (Aluno do curso de Administração, UEPB).

Muitas vezes não temos oportunidade de estudar de maneira mais densa, pois a partir do momento em que um jovem se vê sufocado e obrigado a trabalhar para ajudar em casa, observamos que a meritocracia é conotativa. (Aluno do curso de Ciência da Computação, UEPB).

São vários determinantes, mas o principal é a falta de apoio e a necessidade de ingressar no mercado de trabalho assim que se tem o ensino médio concluído, onde muitos jovens recebem um salário baixo e por não terem nenhuma expectativa, acabam se conformando e não buscam uma graduação que possa lhes render melhores salários. (Aluno do curso de Odontologia, UEPB).

Em relação a essa questão, os sujeitos da pesquisa elencaram vários aspectos que dificultam o acesso dos jovens da periferia, vindos das escolas públicas de Campina Grande a ingressar na universidade, dentre eles: as condições precárias do ensino escolar público, a falta de recursos didáticos e a distância entre escola-universidade. Um problema relevante que também foi destacado pelos discentes é a necessidade de trabalhar para ajudarem na renda familiar. Mencionaram, também que falta apoio da família, da própria escola, provocando uma desmotivação dos estudantes, pois para muitos jovens da periferia, estudar em uma universidade, é algo distante para as suas vidas.

Um outro aspecto que foi questionado se pautou em conhecer se o sistema de cotas é o mais adequado para efetivar políticas educacionais, os alunos destacaram que:

O sistema de cotas ainda não é o mais adequado, o adequado verdadeiramente seria a melhoria na rede de ensino público, possibilitando a competição de igual para igual. (Aluno do curso de Administração).

Não! Estabelecer medidas de padronização do ensino público e privado, igualando os seus cronogramas educacionais e oferecendo as mesmas oportunidades de ascensão seria uma ótima forma de substituir o sistema de cotas. (Aluno do curso de Farmácia). O mais adequado não é, pois o correto seria uma melhora no ensino público para que os alunos da escola pública pudessem se igualar aos alunos das escolas particulares, mas como não é possível essa mudança em um curto prazo de tempo, o sistema de cota tem sido satisfatório para facilitar o ingresso no ensino superior de modo que alunos carentes conseguem pontuações

relevantes e assim conquistam suas vagas. (Aluno do curso de Ciência da computação).

Ao perguntarmos se o sistema de cotas, se apresenta como o mais adequado para efetivar políticas educacionais, muitos alunos cotistas concordaram com o sistema de cotas para terem acesso ao ensino superior, entendendo que esta é uma política pública que busca equilibrar as grandes desigualdades socioeducacionais existentes entre os alunos da rede pública e da rede privada do país, entretanto os alunos de maneira unânime destacaram que essa não seria a forma “mais adequada” para que os alunos da escola pública tenham acesso à universidade.

Perguntamos de que forma as cotas (raciais e/ou sociais) aumentam as chances de construir cidadania para os alunos oriundos de escolas públicas da periferia, inserindo-os na universidade.

As cotas sociais representam os motivos de sua própria existência. O abismo existente entre escolas públicas e particulares fornecem, claramente, oportunidades distintas a estudantes de classes sociais diferentes. Sem as cotas para os estudantes de classes sociais menos favorecidas, as cadeiras nas melhores universidades continuariam sendo conquistadas por candidatos com melhor estabilidade financeira, por isso as cotas representam cidadania. (Aluno do curso de Ciência da computação).

As cotas é uma forma de cidadania, tornando o ingresso a educação superior mais justo, uma vez que cada aluno vai em busca de sua vaga com outros alunos que tiveram as mesmas oportunidades, tornando a universidade um espaço mais democrático. Trazendo oportunidades a muitos alunos cotistas de emergir da periferia social e alcançar horizontes onde muitos dos seus semelhantes não conseguiram chegar. (Aluno do curso de Farmácia).

As cotas contribui para que mais alunos da rede pública ingressem na universidade, possibilitando que o futuro profissional não seja apenas uma ‘mão de obra’ e sim um ser capaz de opinar e encontrar as melhores soluções em sua área, instigando a cada dia mais ter um caráter cidadão em si. (Aluno do curso de Odontologia).

Antes de mais nada, podemos constatar que as ações afirmativas por meio da política de cotas estão criando novas oportunidades de promover educação e cidadania, construindo novos espaços para esses sujeitos, onde aos poucos estamos reduzindo as condições das profundas desigualdades sociais e educacionais, democratizando o acesso à educação, construindo princípios de justiça social, assim a política de cotas é uma das formas de amenizar a distância dos moradores das camadas populares aos espaços educacionais.

José Sobrinho (2013) destaca que, para democratizar o ensino superior é um passo para termos uma verdadeira democratização da sociedade e da promoção da justiça³; no entanto essa educação não deve se restringir apenas na ampliação do acesso, pois é preciso também qualidade, pertinência e relevância social do ensino superior, pois a educação é um bem público, imprescindível e insubstituível, direito de todos e dever do Estado. É dever do Estado criar e oferecer condições efetivas para que isto se realize com a amplitude.

Buscamos identificar o que mudou na vida dos cotista, em relação às expectativas profissionais para o futuro, após a inserção na universidade.

Uma explosão de sentimentos diária por saber que a cada dia estarei mais perto do meu objetivo. (Aluno do curso de Farmácia).

A minha vida mudou a partir do momento que eu observei quais os caminhos trilhados pelos meus colegas de ensino fundamental e médio. Sou uma das poucas que conseguiu ingressar no ensino superior, e vejo que muitos deles vivem sem nenhuma perspectiva. A minha visão de crescimento profissional está sendo ampliada de maneira inacreditável. (Aluno do curso de Odontologia, UEPB).

Desde muito nova sonhava em fazer um curso superior. Contudo, ao alcançar o primeiro objetivo percebi que quero ir além, minhas expectativas com certeza aumentaram, hoje sonho com um intercâmbio, um doutorado e sempre buscando doar o melhor de mim. Percebi que verdadeiramente preciso aprender muito mais e crescer profissionalmente de forma a competir comigo mesma. (Aluna do curso de Ciência da Computação, UEPB).

Os estudantes da escola pública que se inseriram na universidade em Campina Grande-PB, na condição de cotistas, agarram-se a esta oportu-

³ Para Santos (2002) Como descobrir o que é justo ou injusto, em um mundo onde a verdade é tão renitentemente sonogada que reconhecê-la depende do oportuno aproveitamento das contradições em que a própria práxis nos mergulha?

nidade como uma conquista e vitória pessoal, mesmo encontrando diversos desafios para construir sua carreira profissional. Por isso é necessário que as políticas educacionais se preocupem em melhorar de maneira urgente a educação escolar, para desconstruirmos os múltiplos preconceitos que estão sob os alunos da escola pública.

Dessa maneira, a partir das respostas dos alunos, observamos que a política de cotas representa relevantes conquistas junto às ações afirmativas, e sem dúvida por meio desse sistema a universidade pública passa a efetivar além da inclusão, a redução de uma dívida social com a classe menos abastada, tendo em vista que as universidades abrem as suas portas e estão construindo um novo espaço de diálogo entre a história e a sociedade brasileira.

Indubitavelmente, as universidades com essa postura irão proporcionar não apenas a formação de profissionais qualificados, mas irão promover justiça social e cidadania, ações relevantes para reduzirmos as desigualdades sociais do país, pois à universidade é um lugar de lutas para alcançarmos princípios sociais e educacionais.

Segundo Chauí (2017), a universidade não pode ser apenas um lugar que reflete sobre a luta de classes. Ela tem que compreender que é parte dessa disputa, seja pelo seu alunado, pela divisão entre seus professores, pelo papel das administrações e burocracias, que operam muitas vezes a favor da classe dominante. Somos parte da luta de classes e somos obrigados, como instituição de ensino, a entender esse papel que desempenhamos na sociedade.

Em suma, a educação é um bem precioso e relevante para o sucesso individual e coletivo de uma nação, haja vista que, qualquer projeto social ou de país, só ocorrerá por meio da educação que promova a construção de consciência crítica e cidadã. Em relação aos estudantes da rede pública de ensino, estes necessitam mais do que nunca de uma educação de qualidade que traga novas perspectivas de libertá-los e qualificá-los para um mundo do trabalho dinâmico e competitivo, proporcionando subsídios para que esses sujeitos possam vencer as barreiras da exclusão social, do desemprego e da desumanização. Com esse pressuposto, precisamos compreender se esses impactos serão positivos e quais mudanças sociais e educacionais ele provocará na nossa sociedade.

Considerações finais

As ações afirmativas por meio das políticas de cotas é uma das formas de promover o acesso dos alunos oriundo das escolas públicas e pertencen-

tes as camadas populares de se inserirem no mundo acadêmico. Como foi apresentado na pesquisa, essa política de inclusão é uma conquista ao direito educacional “negado”, para os jovens da periferia, vindos da escola pública. Esta ação busca mostra-se como uma possibilidade para alcançarmos uma redução na desigualdade educacional existente no Brasil e democratizar a educação superior.

Dessa maneira, por meio das ações afirmativas é possível estimular a inserção dos sujeitos que antes estavam fora dos bancos da academia, a construir uma nova identidade individual e coletiva. Assim, o acesso desses sujeitos a universidade perpassa por um caminho que está sendo trilhado em uma atmosfera de polêmica e dualidade de opiniões, pois inserir esses sujeitos por meio das cotas nas universidades altera uma estrutura patriarcal mergulhada numa visão elitista na qual, a educação brasileira possui suas origens, sobretudo a educação superior.

Para Dourado (2010) as ações afirmativas são justificadas porque devemos lutar por uma educação superior de qualidade, democrática e para todos, pautada pela defesa de um *ethos* político acadêmico e social que se contraponha a fragmentação e hierarquização da universidade e que se traduza na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. No caso brasileiro, o desafio é enorme, especialmente diante do cenário de privatização da educação superior no país. Assim, para a democratização da educação superior pública e gratuita no país, deve-se garantir políticas e ações direcionadas à regulação e gestão do sistema que contribuam para a melhoria da qualidade dos princípios educativos.

Logo, a política de cotas estão construindo para a consolidação de um novo princípio educativo sobretudo, nesse tempo tão incerto vivido pela nação, especialmente em relação a gestão de políticas sociais e educacionais, principalmente, devido as drásticas medidas tomadas pelo governo, notadamente, com os cortes no orçamento da educação, que afetam ainda mais quem depende da educação pública, colocando os estudantes dentro dos conflitos e interesses das políticas de governo, distanciando-os de possuírem uma educação verdadeira. Isso proporciona segundo Mészáros (2012) o conformismo, para produzir subordinação e alienação, reduzindo assim o papel da educação junto a sociedade do capital.

As cotas estão longe de ser a solução para todos os problemas da sociedade ou da universidade brasileira. Contudo, a implantação delas abre diversas perspectivas que precisam ser conhecidas, para que se possa no futuro avaliar o seu real impacto no processo de democratização do ensino superior

no país. (NEVES, 2013).

As ações afirmativas se tornam relevante para construirmos uma práxis educativa que tenha suas raízes consolidada, numa perspectiva democrática, construindo um diálogo entre universidades, escolas e sociedade. Para tanto, a implantação do sistema de reserva de vagas para alunos de escolas públicas impacta na transformação das universidades, da sociedade e da vida individual desses sujeitos, bem como nos seus lugares de vivência, especialmente, por que a política de cotas é uma das maneiras de reparar as desigualdades socioeducacionais do país e promover cidadania.

Portanto, esse é um momento de construção de uma práxis educativa, sobretudo para os estudantes da escola pública terem acesso à educação superior, por isso é cedo para estruturarmos um pensamento definitivo sobre as ações afirmativas, tendo em vista que é necessário continuarmos com pesquisas que se disponham a madurecer essa discussão.

Notas: Agradecimento a CAPES pelo apoio por meio da concessão de bolsa do doutorado.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. *A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social*. Revista Pensamento & Realidade. UFF. Ano XV – v. 27 n° 2/2012.

BRASIL. *Lei de cotas*. Lei nº 12.711/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. *Acesso, equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil*. 2010. disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Giovana_e_Heloisa.pdf

CATÃO, Marconi do Ó; FARIAS, Camilo de Lélis Diniz de; ARAÚJO, Gildércia Silva Guedes de; COSTA, Laysla Alencar de França. *Ações Afirmativas e Política de Cotas de inclusão na Universidade Estadual da Paraíba: Um Estudo de caso*. Revista Datavenia. Volume 5. n.1. 2013. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/3502-10399-1>

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. *PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?* Curitiba, Educar em Revista, n. 28, dez., p.

125-140, 2006.

CHAUÍ, Marilena Chauí. *Universidades devem entender que fazem parte da luta de classes*. Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ). 04 de Abril de 2017. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/04/marilena-chauí-universidades-devem-entender-que-fazem-parte-da-luta-de-classe/>>

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. *Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico*. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Mundialização, políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle?* 2010. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/65.pdf>

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 1991

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SILVA, Paula Bacellar. *A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes*. Rev. Bras. Educ. vol.19 no.56 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100008>

PALÁCIO, Paula da Paz. *Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC)*. Dissertação de Mestrado - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDOC) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2012. Disponível em < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8026>>

NEVES, Paulo S. C. *A política de reserva de vagas da Universidade Federal de Sergipe para alunos de escolas públicas e não brancos: uma avaliação preliminar. O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO, 2013. http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf

SAMARA, Beatriz S.; BARROS, José C. *Pesquisa de marketing*. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)* /organizador. Salvador: CEAO, 2013. http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org). *O impacto das cotas na Universidade Federal*

da Bahia (2004-2012). In: O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012) / Jocélio Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2013. http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JT-Santos.pdf

DIAS SOBRINHO, José. *Educação superior: bem público, equidade e democratização*. Avaliação (Campinas) [online]. 2013, vol.18, n.1. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-cript=sci_abstract&tIng=pt

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2012.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Cad. Pesquisa. vol.39 no.136 São Paulo Jan./Apr. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100015>

Data de recebimento: 29.03.2018

Data de aceite: 06.08.2018